



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES**

Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - CEP: 01017-906 - São Paulo/SP
PABX: (11) 3292-3266 - Internet: <http://www.tce.sp.gov.br>



SENTENÇA DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

PROCESSO: TC-0025771.989.20-9
ÓRGÃO: Instituto de Previdência Municipal de Suzano - IPMS
RESPONSÁVEL: Joel de Barros Bittencourt (**Superintendente**)
ASSUNTO: Pensão Mensal
EX-SERVIDORES: Amilton Bernardes da Silva; Ana Flávia de Oliveira Lima; Antonio Alves Penteado Neto; Dominio Celestino dos Santos; Fernando Antonio Montanha; José Luis da Silveira; José Mauricio Filho; Loiri Fiametti dos Santos; Marta Maria Santos Apocalypse; Nelson Morimassa Mano; Pascoal da Silva Borel; Raul Nicolino Penna Cunha; Zuleide Alves de Novaes.
BENEFICIÁRIOS: Jussara de Jesus Monteiro Gil; Marcelo da Cruz Santos; Elaine Cardoso Penteado; Monica de Paula Celestino dos Santos; Gleydson de Paula Celestino dos Santos; Fernanda Aparecida de Sousa; Fernando Souza Montanha; Maria Franco da Silveira; Elsa Matos Santana Mauricio; Gilson Souza dos Santos; Lucas Fiametti dos Santos; Henrique Santos Apocalypse; Virginia Gonçalves Mano; Zilda da Silva Borel; Mirna Alabarce Bragheroli; Vivaldo Correia de Novaes.
EXERCÍCIO: 2019
MPC: Ato Normativo n.º 006/2014 - PGC
INSTRUÇÃO: DF-3.2 / GDF.3 - DSF-I
ADVOGADA: Carolina Montgomery Watanabe Aguiar – **OAB/SP** n.º 244.502

RELATÓRIO

A avaliação procedida pela Fiscalização concluiu pela legalidade da pensão para fins de registro, por ter verificado a regularidade na documentação examinada.

Os autos retornaram do D. MPC nos termos do Ato Normativo 6/2014-PGC, DOESP 6/2/2014
É o relatório.

DECISÃO

A instrução processual não aponta imperfeições nos atos concessórios de pensão realizados pelo órgão no exercício de 2019.

Dessa forma, acompanhando a manifestação favorável da Fiscalização **JULGO LEGAIS** os atos concessórios de pensão em exame e, por via de consequência, concedo os seus registros, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se, por extrato.

1. Ao cartório para certificar o trânsito em julgado.

2. Após, ao DSF-2.1 para as providências cabíveis, arquivando-se em seguida.

C.A., 17 de dezembro de 2020.
MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO
AUDITOR

MMC-e

PROCESSO: TC-0025771.989.20-9
ÓRGÃO: Instituto de Previdência Municipal de Suzano - IPMS
RESPONSÁVEL: Joel de Barros Bittencourt (**Superintendente**)
ASSUNTO: Pensão Mensal
EX-SERVIDORES: Amilton Bernardes da Silva; Ana Flávia de Oliveira Lima; Antonio Alves Penteado Neto; Dominio Celestino dos Santos; Fernando Antonio Montanha; José Luis da Silveira; José Mauricio Filho; Loiri Fiametti dos Santos; Marta Maria Santos Apocalypse; Nelson Morimassa Mano; Pascoal da Silva Borel; Raul Nicolino Penna Cunha; Zuleide Alves de Novaes.
BENEFICIÁRIOS: Jussara de Jesus Monteiro Gil; Marcelo da Cruz Santos; Elaine Cardoso Penteado; Monica de Paula Celestino dos Santos; Gleydson de Paula Celestino dos Santos; Fernanda Aparecida de Sousa; Fernando Souza Montanha; Maria Franco da Silveira; Elsa Matos Santana Mauricio; Gilson Souza dos Santos; Lucas Fiametti dos Santos; Henrique Santos Apocalypse; Virginia Gonçalves Mano; Zilda da Silva Borel; Mirna Alabarce Bragheroli; Vivaldo Correia de Novaes.
EXERCÍCIO: 2019
MPC: Ato Normativo n.º 006/2014 - PGC
INSTRUÇÃO: DF-3.2 / GDF.3 - DSF-I
ADVOGADA: Carolina Montgomery Watanabe Aguiar – **OAB/SP** n.º 244.502

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, **JULGO LEGAIS** as concessões de Pensão dos ex-servidores acima relacionados, e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.
Publique-se.

C.A., 17 de dezembro de 2020.
MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO
AUDITOR

MMC-e

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCIO MARTINS DE CAMARGO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VVW0-42EG-5V4I-FVNO